

MÃE DE DEUS
E MÃE NOSSA



MÃE DE DEUS E MÃE NOSSA

ANTONIO OROZCO

2ª edição

Tradução de:
Luciana Pricoli Vilela

Título original
Madre de Diós y Madre Nuestra — Iniciación a la Mariología

Copyright © Ediciones Rialp, S.A. Madrid, 2015

Capa
Gabriela Haeitmann

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Orozco, Antonio

Mãe de Deus e mãe nossa / Antonio Orozco. — 2ª ed. — São Paulo:
Quadrante Editora, 2026.

ISBN 978-85-7465-240-5

1. Maria, Mãe de Deus 2. Mariologia I. Título

CDD—232.91

Índices para catálogo sistemático:

1. Maria, Mãe de Deus : Mariologia 232.91

Todos os direitos reservados a
QUADRANTE EDITORA
Rua Bernardo da Veiga, 47 - Tel.: 11 3873-2270
CEP 01252-020 - São Paulo - SP
www.quadrante.com.br / atendimento@quadrante.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

A maternidade divina da Virgem Maria..... 13

CAPÍTULO II

A Imaculada Conceição..... 25

CAPÍTULO III

A virgindade de Maria 55

CAPÍTULO IV

A Assunção da Santíssima Virgem..... 79

CAPÍTULO V

A realeza de Maria Santíssima 107

CAPÍTULO VI

A cooperação de Maria na santificação do homem 123

CAPÍTULO VII

Maria, Mãe e Medianeira dos filhos de Deus..... 141

CAPÍTULO VIII

O culto e a devoção à Santíssima Virgem Maria..... 157

CAPÍTULO IX

A eminente santidade de São José e a sua dúvida 167

Bibliografia 179

PRINCIPAIS DOCUMENTOS MARIANOS DO MAGISTÉRIO DA IGREJA

(COM AS SIGLAS USADAS NESTA OBRA)

- CIC* *Catecismo da Igreja Católica*
- DH* Denzinger-Hünemann, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, Paulinas - Loyola, São Paulo, 2015
- FC* Pio XII, Encíclica *Fulgens corona*, 8-IX-1953
- IND* Pio IX, Bula *Ineffabilis Deus*, 8-XII-1854
- LG* Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, 21-XI-1964
- MC* Bem-aventurado Paulo VI, Exortação Apostólica *Marialis cultus*, 2-II-1974
- PG* *Patrologiae Cursus Completus, Series Graeca*
- PL* *Patrologiae Cursus Completus, Series Latina*
- RM* São João Paulo II, Encíclica *Redemptoris Mater*, 25-III-1987

MÃE DE DEUS E MÃE NOSSA

- GS Concílio Vaticano II, Constituição Pastoral
Gaudium et spes, 7-XII-1965
- SC Concílio Vaticano II, Constituição Pastoral
Sacrosanctum Concilium, 4-XII-1963

INTRODUÇÃO

A teologia idealizou em séculos passados uma máxima que resume o amor dos cristãos à Mãe de Deus: *De Maria, numquam satis*, nunca poderemos exceder-nos ao falar e ao escrever sobre a dignidade daquela que deu a sua carne e o seu sangue à Segunda Pessoa da Santíssima Trindade. Faço minha mais uma vez essa expressão, enquanto redijo estas páginas.

São Josemaria Escrivá¹

A fé católica é “cristocêntrica”. Jesus Cristo, Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, é princípio e fim, alfa e ômega, o grande *pontífice* que restabeleceu a união do homem com Deus por meio da sua encarnação, vida, paixão, morte, ressurreição e ascensão aos céus. Assim quebrou as correntes que nos faziam escravos das nossas paixões, desordenadas pelo pecado; do demônio, que pelo pecado exerce certo poder sobre o pecador; e da morte, a consequência mais dramática da ruptura com Deus causada pelo pecado. Ao mesmo tempo, Jesus Cristo mereceu-nos uma elevação (por participação) ao nível da vida divina — a vida da graça, com as virtudes sobrenaturais, os dons e os frutos do Espírito Santo —, mais elevada e íntima do que aquela que gozaram os nossos primeiros pais no Paraíso. Jesus Cristo, de um modo que nunca poderíamos ter sonhado, fez-nos filhos de Deus e nos abriu as portas do Céu. De fato, a Redenção não é apenas “resgate” da

1 Artigo póstumo “A Virgem do Pilar”, Saragoça, 1976.

MÃE DE DEUS E MÃE NOSSA

escravidão que implica o pecado, mas sim “justificação”, o que é o mesmo que “santificação”.

A misericórdia divina resplandece na encarnação do Verbo e em toda a sua obra salvífica. Só Cristo, perfeito Deus e perfeito homem, é mediador perfeito entre Deus e os homens, capaz de unir em si Deus com os homens e os homens com Deus. É como diz a conhecida expressão de São Paulo: “Porque há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, o homem Jesus Cristo” (1 Tm 2, 5). Mas Jesus Cristo não é um “mediador solitário”. Assim como Deus é o único Bom (Cf. Mt 19, 17), por Essência, mas faz todas as suas criaturas participantes da sua bondade em diferentes graus e modos, assim Ele também quis tornar os homens participantes da sua mediação. Jesus Cristo, mesmo sendo o único Redentor, quis associar todos os homens à sua obra salvífica², como participantes ativos, até o ponto de podermos chamar-nos legitimamente, como veremos, *corredtores* com Cristo.

E de uma maneira singular e sublime, Jesus quis unir a Virgem Maria, sua Mãe por obra do Espírito Santo, ao seu ser e à sua missão de Homem Salvador. Na atual economia³ da Redenção, já não se pode entender cabalmente a salvação realizada por Cristo sem a singular presença ativa da Virgem Maria, Mãe de Deus e Mãe nossa, adornada pelo Criador com privilégios extraordinários que vamos resumir aqui. Maria foi singular e “corajosamente solidária”⁴ com a obra redentora de Jesus Cristo.

Por isso, de modo algum ela pode nos afastar de Cristo. Pelo contrário:

2 Cf. LG 60.

3 A palavra *economia* é de origem grega, *oikonomia*. “Os Padres da Igreja distinguem entre «*Theologia*» e «*Oikonomia*», designando pelo primeiro termo o mistério da vida íntima de Deus-Trindade, e, pelo segundo, todas as obras de Deus pelas quais Ele se revela e comunica a sua vida. É pela «*Oikonomia*» que nos é revelada a «*Theologia*»; mas, inversamente, é a «*Theologia*» que esclarece toda a «*Oikonomia*». As obras de Deus revelam quem Ele é em si mesmo; e, inversamente, o mistério do seu Ser íntimo ilumina o entendimento de todas as suas obras. Analogicamente, é o que se passa com as pessoas humanas. A pessoa revela-se no que faz, e, quanto mais conhecemos uma pessoa, tanto melhor compreendemos o seu agir”, CIC 236 (N. do T.).

4 Cf. São João Paulo II, *Discurso durante a visita à “Pequena Casa da Divina Providência”, instituída por São José Bento Cottolengo*, Turim, 13-IV-1980.

Na história do mundo ninguém foi mais cristocêntrico, mais *cristofórico* (portador de Cristo) do que ela. Ninguém foi mais semelhante a Cristo, não só com a semelhança natural entre a Mãe e o Filho, mas também com a semelhança do Espírito e da santidade.⁵

Deus podia salvar-nos de diversas maneiras. Mas quis fazê-lo — e a Igreja reconhece que há fortíssimas razões para isso — do melhor modo possível. Quis assumir a nossa condição humana — exceto o pecado — *e nascer de mulher*. A resposta de Maria foi libérrima em tudo, e por isso ela pôde participar meritoriamente em toda a grandeza do mistério da Redenção e santificação da humanidade.

Como é lógico, a primeira edição deste livro em espanhol foi elaborada basicamente sob a inspiração do extenso e robusto Magistério de São João Paulo II. Nesta segunda edição, procuramos recolher os textos mais importantes do Magistério de Bento XVI relativos ao tema — também os anteriores à sua ascensão à cátedra de Pedro — até a data de 6 de janeiro de 2008. Ampliamos um pouco — não tudo o que gostaríamos — os temas *Maternidade espiritual de Maria*, “*Corredenção*” e *Culto à Mãe de Deus*. Procuramos explicar melhor alguns pontos particulares, e quero crer que tenha sido para melhorar a compreensão do mistério mariano. Gostaria de ter acrescentado um capítulo específico sobre a relação de Maria com a Igreja, mas o espaço disponível não me permitiu. Espero uma próxima ocasião, mas os interessados podem recorrer à excelente bibliografia desses últimos anos que pode ser facilmente encontrada — sobretudo os textos de São João Paulo II e Bento XVI — no site do Vaticano: <www.vatican.va>.

O autor

5 São João Paulo II, *Homilia na Basílica de Santa Maria Maior*, Roma, 8-XII-1980.

CAPÍTULO I

A MATERNIDADE DIVINA DA VIRGEM MARIA

Um pouco de história

No século V, os cristãos do Oriente já estavam bem familiarizados com a palavra *Theotókos*, que significava em grego “aquela que gerou Deus”, ou seja, *Deípara* ou Mãe de Deus. Mas o patriarca de Constantinopla em 428, Nestório, começou a ficar sobressaltado ao ouvir o povo aclamar a Virgem Maria como *Theotókos* na Catedral de Santa Sofia. Sabia que não se tratava de uma nova versão das antigas teogonias ou fábulas pagãs nas quais certos personagens se convertiam em “deusas” ou “deuses” por meio de ritos mágicos ou “uniões sagradas”; não havia nada de mais alheio ao pensamento cristão, mesmo o daquela época. O seu problema era mais complicado. Nestório acreditava que Cristo era apenas *um sujeito* humano, *unido, mas distinto* do Verbo; um homem extraordinário, unidíssimo à Divindade, mas não verdadeiro Deus. Por isso, Maria poderia ser chamada de *Khristotókos*, Mãe de Cristo, mas de maneira alguma *Theotókos*.

Um século antes, em 325, o Concílio de Niceia havia proclamado que o *Logos*, o Verbo de Deus, é “consustancial” ao Pai (Deus Eterno). Entretanto, Nestório não conseguia conceber que uma mulher pudesse gerar e dar à luz o *Logos* feito homem. Com efeito, partindo de uma perspectiva meramente racional, sua dúvida não

era de se menosprezar. Contudo, o povo fiel acreditava firmemente nesse mistério. O Papa Celestino e São Cirilo de Alexandria, advertidos do que se passava, confirmaram a verdade cristológica: o *Logos* do Pai, a Segunda Pessoa da Trindade, consubstancial ao Pai, assumiu uma natureza humana e, sem deixar de ser o que era (Deus), se fez o que não era (Homem). E para dirimir qualquer dúvida possível sobre o assunto, foi convocado um novo Concílio, o de Éfeso, no ano 431.

Rumo à inteligibilidade do mistério

Mas antes de entrarmos nas definições do Magistério sobre o mistério de Cristo e da Maternidade divina, é conveniente que nos aproximemos da sua *inteligibilidade*, esclarecendo dois conceitos que temos de utilizar necessariamente para compreender tanto a unidade de Cristo como a maternidade divina de Maria: são os conceitos de *natureza* e *pessoa*.

Que Maria seja Mãe de Deus implica outro mistério elevadíssimo, talvez o de mais difícil compreensão para os homens: a Encarnação do Verbo, pela qual a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade — o Verbo de Deus — assumiu uma natureza humana formada no seio da Virgem Maria. De modo que o homem assim concebido é homem verdadeiro, pois é verdadeiramente humana a natureza criada que assumiu e possui, sem deixar por isso de ser Deus. Ainda que não seja *compreensível* ou abarcável pela razão humana, esse mistério é *inteligível*, isto é, não se opõe à luz da nossa inteligência, mesmo superando-a infinitamente.

O mistério cristológico: natureza e pessoa

Depois das controvérsias dos primeiros séculos sobre o ser de Cristo, a Igreja se serviu das palavras que traduzimos por “natureza” e “pessoa” para expressar o mistério do Deus-Homem. Não são termos sinônimos: designam princípios *realmente* distintos, ainda que de fato não haja natureza humana sem pessoalidade, nem pessoa (humana) que não possua uma natureza (humana). A nossa língua reflete essa distinção com muito acerto, confirmando que não se trata de uma

sutileza fabricada artificialmente para explicar algo esotérico ou inextricável. De fato, vemos que não é o mesmo perguntar com a palavra “quê” e com a palavra “quem”.

— O *que* é você?

A resposta pode ser:

— Eu sou um homem. Quer dizer, sou um indivíduo da espécie humana. Tenho uma natureza humana, sou humano.

Agora uma pergunta diferente:

— *Quem* é você?

Uma resposta correta seria:

— Eu sou Pedro. Quer dizer, a rigor “eu” sou mais que um “quê”, sou um “quem”. Não sou “algo”, sou “alguém”. Melhor, “tenho” uma “natureza” e “sou” uma “pessoa”.

As considerações metafísicas pertinentes poderiam complicar muito o nosso raciocínio, mas é fácil entender que um “quem” e um “quê” não são a mesma coisa. Da mesma forma, o que chamamos de “natureza” não é a mesma coisa que aquilo que chamamos de “pessoa”. Essa distinção é absolutamente necessária para entender que não é absurdo nem impossível que uma natureza humana possa pertencer a uma pessoa não humana.

A pessoa é o sujeito necessário de qualquer natureza humana individual. É impossível pensar no contrário. Por outro lado, é possível pensar, pois assim indica a Revelação, que Deus seja capaz de criar uma natureza humana de tal modo que o “eu” dessa natureza, quer dizer, o sujeito que a tem e sustém, seja um “Eu” divino, isto é, uma das Pessoas da Santíssima Trindade. Trata-se de um mistério verdadeiramente inabarcável. Jamais teríamos conseguido imaginar que Deus — o Deus único, criador e transcendente — pudesse fazer e querer uma coisa dessas. Mas uma vez que nos foi revelado, não é contrário à razão, porque natureza e pessoa não são termos sinônimos. Seria contraditório que uma natureza humana fosse ao mesmo tempo divina, e vice-versa. Mas não é irracional que uma Pessoa divina, sem deixar de ser Deus, quer dizer, sem deixar de possuir a natureza divina, tome posse de uma natureza humana até o ponto de que Ele próprio se torne sujeito dessa humanidade.

A fé católica ensina que Deus, ao mesmo tempo que formou uma natureza humana no seio imaculado de Maria, fez-se sujeito

do homem concebido em Maria por obra do Espírito Santo. De maneira que, a partir do instante em que a Virgem disse *fiat*, o Verbo pôde dizer: “Este homem sou Eu”. Jesus, gerado por obra do Espírito Santo, é verdadeiro homem porque tem uma natureza real e perfeitamente humana. E é verdadeiro Deus, porque a pessoa que sustenta essa natureza não é outra senão a do Verbo. O Verbo — Deus eterno —, misteriosamente, vem a ser homem: alguém da nossa própria espécie, com uma natureza igual à nossa — exceto o pecado —, mas com uma singularidade irrepitível: esse homem é o Verbo. O “eu” desse homem, Jesus, é o “Eu” divino do Verbo.

A pessoa não é o corpo, nem a alma, nem o corpo e a alma unidos. Corpo e alma compõem a natureza humana, tornam um homem perfeito e completo. Mas *pessoa* é mais do que dizer que é um homem perfeito: é um sujeito irredutível, independente, autônomo em relação a qualquer outro; do qual predicamos a geração, a concepção, o nascimento, a filiação. Neste sentido, o “sujeito” de Jesus, ou, mais precisamente, o “sujeito” chamado Jesus, filho de Maria, é verdadeiramente o Verbo.

Portanto, em Cristo *não há pessoa humana*, o que não impede que a sua natureza humana seja perfeita: tem todas as perfeições que tem ou pode ter qualquer natureza humana. Também está apoiada, atualizada, vivificada, por uma pessoa, com a particularidade de que esta é a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade. Maria concebeu, por obra do Espírito Santo, um homem verdadeiro que era, desde o primeiro instante da sua existência, verdadeiro Deus.

Que Maria é Mãe do homem Jesus, não há dúvida, pela simples e contundente razão de que lhe dá tudo o que uma mãe dá ao seu filho. Mas é preciso acrescentar logo: o “quem” de Jesus é o da Segunda Pessoa da Trindade. Pois bem, as verdadeiras mães o são do filho completo, isto é, da natureza e da pessoa. É lógico, porque pessoa e natureza são realidades distintas, mas *não são separáveis*. Daí que justa e verdadeiramente se chame a Maria de Mãe de Deus, porque gerou a natureza humana de Jesus, cuja pessoa é divina. Voltamos a dizer: Maria dá a Jesus — quer dizer, a Deus Filho — tudo o que uma mãe dá ao seu filho. Ela é, pois, sem sombra de dúvidas e em sentido próprio, Mãe de Deus Filho.

Essa explicação se enquadra perfeitamente na formulação católica do dogma, definido pela Igreja no Concílio de Éfeso (ano 431) frente aos erros de Nestório: “A Santa Virgem é Mãe de Deus, porque deu à luz carnalmente o Verbo de Deus feito carne”.¹ O Concílio de Calcedônia ensinou que Cristo foi “gerado de Maria Virgem, Mãe de Deus, quanto à humanidade”.² E acrescenta que não se pode chamar “à Virgem Maria Mãe de Deus em sentido figurado”;³ é preciso afirmar isso em sentido próprio.

Ao longo da História da Igreja, o Magistério, sem cessar, foi respondendo aos diversos erros sobre o mistério da Maternidade divina, afirmando, entre outras coisas, que Jesus Cristo:

- É o Filho de Deus, que “trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado”.⁴
- “Nem assumiu um corpo celestial que passou pelo seio da Virgem da mesma maneira que a água passa por um aqueduto”,⁵ como pensavam os gnósticos.
- “Da Virgem nasceu o seu corpo sagrado [o de Cristo], dotado de alma racional, à qual se uniu *hipostaticamente* o Verbo de Deus”.⁶

O último Concílio Ecumênico Vaticano II, fazendo eco do ensinamento constante da Igreja, afirma na introdução do capítulo VIII da Constituição Dogmática *Lumen gentium* que:

1 DH 113.

2 DH 148.

3 DH 218.

4 CIC 470. Cf. GS 22 §2; Concílio de Éfeso, *Carta II de São Cirilo a Nestório*, ano 431; Concílio de Calcedônia, ano 451; Concílio II de Constantinopla can. 6, ano 553.

5 Concílio Florentino, *Bula Cantate Domino*, 4-II-1442.

6 São Cirilo de Alexandria, *Epistola II ad Nestorium* (PG 77).

Efetivamente, a Virgem Maria, que na anunciação do Anjo recebeu o Verbo de Deus no coração e no seio, e deu ao mundo a Vida, é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus Redentor.⁷

O Papa São João Paulo II não se cansava de recordar este grande mistério, para alegria e fortaleza de todos os fiéis.⁸

A Maternidade divina de Maria na Sagrada Escritura

No Antigo Testamento, ainda que sem a clareza do Novo, não faltam alusões veladas ao mistério que estamos estudando.⁹ A primeira alusão, é sem dúvidas, Eva, apesar da sua desobediência. É da sua descendência que nascerá uma vencedora do Maligno, a verdadeira “mãe de todos os viventes” (cf. Gn 3, 15). Outra alusão é Sara, que, mesmo em idade avançada, conceberá um filho (cf. Gn 18, 10-14; 21, 1-2). E lhe será dito, como a Maria, que “para Deus nada é impossível” (cf. Gn 18, 14 e Lc 1, 37). Maria conceberá e dará à luz um Filho cujo nome é *Emanuel* (“Deus conosco”).¹⁰ Também Judite será “bendita entre as mulheres” (cf. Jdt 13, 18-19 e Lc 1, 42). E são ainda prenúncios claros de Maria as personagens Débora, Rute, Ester e muitas outras.

Ainda no Antigo Testamento aparece uma figura chamada *gebirah*, a mãe do rei ou rainha-mãe, que tem grande dignidade e poderes perante o próprio rei. Salomão, por exemplo, prostra-se diante da sua mãe Betsabé e a faz sentar-se no seu trono (cf. 1 Rs 2, 12-20).¹¹ Veremos Maria coroada pela Trindade como Rainha

7 LG 53.

8 Cf. RM 51.

9 Cf. CIC 489.

10 Cf. LG 55.

11 Em Mt 1, 22-23; 2, 11; Lc 1, 32-33.43, percebe-se o eco desta figura.

e Senhora de toda a Criação. Finalmente, vários profetas falam simbolicamente de uma “Filha de Sião” que representa o mistério do povo de Israel nos três aspectos de Esposa, Mãe e Virgem, que se realizarão plenamente no mistério de Maria.

No *Novo Testamento* a maternidade divina de Maria é afirmada *implicitamente* sempre que se fala dela como “Mãe de Jesus”. O próprio Jesus declarou sem sombra de dúvidas que é Deus, e os seus inimigos, que o entenderam muito bem, procuram ver nisso uma blasfêmia e um pretexto para o levarem à cruz (cf. Jo 10, 30-33).

O texto mais primitivo do Novo Testamento que menciona a maternidade é Gálatas 4, 4-5,¹² no qual o Apóstolo menciona Maria sem a nomear, dizendo que Jesus foi “nascido de mulher”.¹³ São Marcos, o primeiro evangelista, chama Jesus de “filho de Maria” e de “Filho de Deus” (cf. Mc 1, 1; 12, 6-8; 13, 22; 15, 19). São Mateus e São Lucas empregam a palavra “Mãe” tanto no relato da concepção como no do nascimento (cf. Mt 1 e Lc 2), e na Anunciação a Maria o anjo diz-lhe: “Eis que conceberás e darás à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus” (cf. Lc 1, 31).

O Novo Testamento ensina também *explicitamente* o mistério. O anjo diz a Maria: “O Espírito Santo descerá sobre ti, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra. E, por isso, o santo nascido de ti será chamado Filho de Deus” (cf. Lc 1, 35). O filho de Maria será chamado de “Emanuel... Deus conosco” (Mt 1, 23). A José, o anjo anuncia que Jesus “salvará o seu povo” (Mt 1, 21), expressão que no Antigo Testamento é reservada a Deus. E que o salvará “dos seus pecados”, poder que também só é atribuído a Deus (cf. Mt 9, 2-3; Mc 2, 7). Iluminada pelo Espírito Santo, Isabel saúda Maria, “donde me vem a honra de vir a mim a mãe de meu Senhor?” (Lc 1, 43). Ora, os judeus chamavam a Deus de “Senhor” e pelo contexto, tanto próximo como remoto, o título de “Senhor” deve ser entendido em sentido transcendente, divino.

12 Essa epístola foi escrita por volta do ano 54, sendo, portanto, mais antiga do que os Evangelhos (N. do T.).

13 Cf. LG 52 e RM 1.